



PRIMO'S BOOT

AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BEE TIMOR-LESTE EMPRESA PÚBLICA (BTL, E.P.)

ANO FISCAL 2022



Índice

Opinião	2
Bases para Opinião	2
Bases para Opinião Qualificada	3
Nossa Opinião	3
Ênfase da Matéria – Base da Contabilidade.....	4
Responsabilidade do Conselho da Administração pelas Demonstrações Financeiras	4
Responsabilidade do Auditor pela Auditoria às Demonstrações Financeiras.....	5

RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração da Bee Timor-Leste Empresa Pública (BTL, E.P.).

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras anexas da Bee Timor-Leste Empresa Pública (BTL, EP), que compreendem o balanço a 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de \$61,299,536.89 (sessenta e um milhões, duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e trinta e seis dólares americanos e oitenta e nove centavos), um total de fundos patrimoniais de \$47,358,176.79 (quarenta e sete milhões trezentos e cinquenta e oito mil, cento e setenta e seis dólares americanos e sessenta e nove centavos), incluindo um resultado líquido \$127.730.24 (cento e vinte sete mil, setecentos e trinta dólares americanos e vinte quatro centavos), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo as demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Bases para Opinião

Conduzimos a nossa Auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades de acordo com essas normas estão descritas com mais detalhe no ponto "Responsabilidade do Auditor pela Auditoria às Demonstrações Financeiras" e expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeira com base no nosso relatório auditoria.

Somos independentes em relação à BTL, EP e de acordo com os requisitos Éticos do Código internacional de Ética Profissional para os Auditores e Contabilistas, o que é relevante para a nossa auditoria sobre as demonstrações financeiras, pelo que cumprimos com os requisitos éticos de planeamento e execução da auditoria.

Acreditamos que a evidência obtida na auditoria é suficiente e apropriada para fornecer uma base para nossa opinião de auditoria qualificada sobre as demonstrações financeiras.

PRIMO'S BOOT

Bases para Opinião Qualificada

1. Existe um erro no pagamento dos impostos sobre os salários do mês de dezembro, valor de impostos pagos foram de \$18,884.22 (dezoito mil, oitocentos e oitenta e quatro dólares americanos e vinte dois centavos), quando na realidade o valor correto a pagar seria de \$31,317.64 (trinta e um mil, trezentos e dezassete dólares americanos e sessenta e quatro centavos). Isso gerou uma diferença de cerca de \$12,433.42 (doze mil, quatrocentos e trinta e três dólares americanos e quarenta e dois centavos) que deixou de ser pago como imposto de salário.
2. A Transmissão de direitos e obrigações conforme determina o artigo 9.º do DL nº 41/2020, a BTL, E.P., ate o momento em que se encerra esta auditoria não existem evidências que sugiram a existência de um contrato interorgânico de transmissão dos bens corpóreos e incorpóreos para a empresa BTL. Não foram contabilizados os bens corpóreos e incorpóreos nas Demonstrações Financeiras (DFs), a valorimetria dos bens corpóreos e incorpóreos não constam da DFs.
3. Após o término da Auditoria não nos é possível aferir o valor real do capital social uma vez que, nos registros estatutários, o valor de \$12,880,000.00 (doze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil dólares americanos), e na Certidão de Registo Comercial o Capital Social da BTL, E.P. é de \$48,885,780.62 (quarenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e oitenta dólares americanos e sessenta e dois centavos). No balanço está registado o valor de \$12,880,000.00 (doze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil dólares americanos) conforme o Estatuto Orgânico, DL nº 41/2020 e \$36,005,780.62 (trinta e seis milhões, cinco mil, setecentos e oitenta dólares americano e sessenta e dois centavos) como outros instrumentos de capital.

Nossa Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos e feitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de BTL, E.P., em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo em respeito aos Princípios Contábeis



Geralmente Aceitos (GAAP), Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

Ênfase da Matéria – Base da Contabilidade

Chamamos a atenção para o ponto 2.1 Princípios Contabilísticos onde faz referência que as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras exceto fluxo de Caixa que foram preparadas com regime de caixa. A base de mensuração utilizada é custo histórico.

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método direto e apresentam os recebimentos e desembolsos de caixa e em banco classificados em operacionais, de investimento e de financiamento Atividades.

Responsabilidade do Conselho da Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras exceto fluxo de Caixa que foram preparadas pelo regime de caixa, com base de mensuração utilizada é custo histórico.

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método direto e apresentam os recebimentos e desembolsos de caixa e em banco classificados em operacionais, de investimento e de financiamento Atividades.

O Conselho de Administração é responsável ainda pela utilização dos controles internos necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras isentas de distorções relevantes, de fraude ou erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é ainda responsável pela utilização da base contabilística adequada.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria às Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em testes efetuados durante o nosso processo de auditoria. Realizamos a nossa Auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e essas normas exigem que nós cumpramos os requisitos éticos, de planeamento e execução afim de obter segurança razoável se as demonstrações financeiras como um todo está livre de distorção relevante, devido a fraude ou erro, e posteriormente emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião.

Segurança razoável significa um nível de segurança elevado, mas não dá garantia de que uma auditoria conduzida, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, sempre detetará alguma distorção relevante quando ela existir. As distorções podem surgir de fraude ou erro e são consideradas relevantes se, individualmente ou em conjunto, puderem influenciar razoavelmente as decisões tomadas com base nestas demonstrações financeiras.

De acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, como parte de uma auditoria, exercemos julgamento profissional que envolve a execução de procedimentos para obter evidência de auditoria. Os procedimentos selecionados dependem de nossa avaliação e do nosso julgamento, nomeadamente:

- ✚ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, seja devido a fraude ou erro;
- ✚ Planeamos e executamos os procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos a fim de obter evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção relevante resultante de fraude é maior do que uma resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a anulação do controle interno. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos subjacentes de maneira a obter uma apresentação adequada.

PRIMO'S BOOT

- ✚ Obtivemos um entendimento do controle interno relevante para a auditoria a fim de elaborar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno.
- ✚ Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas pelo Conselho de Administração.
- ✚ Concluímos sobre a adequação do uso pelo Conselho de Administração da base contabilística, com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a execução orçamental. Se constatamos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, se tais divulgações forem inadequadas, modificar nossa opinião.
- ✚ Nossas conclusões são baseadas na evidência de auditoria obtida até a data do nosso Relatório de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela BTL, EP sobre a metodologia de trabalho, entre outros aspectos, do planeamento e das constatações da Auditoria, inclusive as deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos e ainda dos erros e distorções encontrados.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fornecer uma base para nossa opinião de auditoria qualificada.

Dfii, 10 de março de 2023.




Equipa de Auditoria
João Emanuel Mendes - Lead Auditor
PRIMO'S BOOT Unipessoal Lda.



**BEE TIMOR-LESTE, EMPRESA PÚBLICA
BTL, E.P.**

Avenida 20 de Maio, Caiçali, Díli Timor-Leste Caixa Postal No. 194, Telp. 3311539

**RELATÓRIO E CONTAS ANUAL
BEE TIMOR-LESTE, EMPRESA PÚBLICA
BTL, E.P.
31 de dezembro de 2022**

BEE TIMOR-LESTE, EMPRESA PÚBLICA (BTL E.P.)
 Demonstração da posição financeira
 Para o exercício findo em 31 de Dezembro

	Notas	Exercício 31/12/2022	Exercício 31/12/2021
ATIVOS			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	5	\$ 10,021,428.19	\$ 3,591,347.37
Ativos intangíveis	5	\$ -	\$ -
		<u>\$ 10,021,428.19</u>	<u>\$ 3,591,347.37</u>
Ativos correntes			
Estado e outras entidades públicas	6	\$ 6,590.00	\$ 3,480.00
Capital subscrito e não realizado		\$ 12,880,000.00	\$ 12,880,000.00
Outras contas a receber	8	\$ 569,090.16	\$ 266,523.05
Caixa e depósitos bancários	10	\$ 37,822,428.54	\$ 31,096,266.52
		<u>\$ 51,278,108.70</u>	<u>\$ 44,246,269.57</u>
Total do ativo		<u>\$ 61,299,536.89</u>	<u>\$ 47,837,616.94</u>
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio			
Capital social	12	\$ 12,880,000.00	\$ 12,880,000.00
Outros instrumentos de capital	13	\$ 36,005,780.62	\$ 36,005,780.62
Resultados transitados		\$ -1,655,334.07	\$ -
		<u>\$ 47,230,446.55</u>	<u>\$ 48,885,780.62</u>
Resultado líquido do período		\$ 127,730.24	\$ -1,655,334.07
Total do capital próprio		<u>\$ 47,358,176.79</u>	<u>\$ 47,230,446.55</u>
PASSIVOS			
Passivos não correntes			
Outras contas a pagar	15	\$ 945,732.42	\$ -
Subsídios diferidos	18	\$ 3,599,546.09	\$ -
		<u>\$ 4,545,278.51</u>	<u>\$ -</u>
Passivos correntes			
Fornecedores	14	\$ 1,245,547.09	\$ 382,786.10
Estado e outras entidades públicas	9	\$ 150,534.50	\$ 122,071.15
Outras contas a pagar	15	\$ -	\$ 102,313.14
Subsídios diferidos	18	\$ 8,000,000.00	\$ -
		<u>\$ 9,396,081.59</u>	<u>\$ 607,170.39</u>
Total do passivo		<u>\$ 13,941,360.10</u>	<u>\$ 607,170.39</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>\$ 61,299,536.89</u>	<u>\$ 47,837,616.94</u>

Comissão Executiva

(Carlos Pelejo dos Reis)

(Gustavo da Cruz)


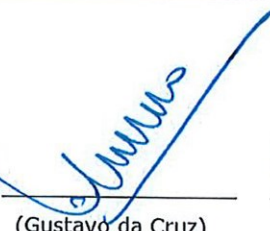
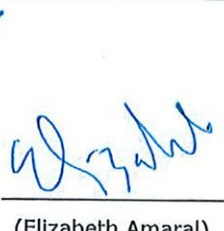
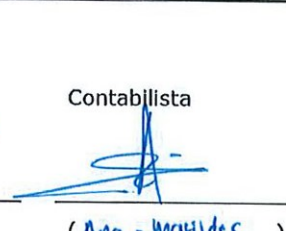
(Elizabeth Amaral)

Contabilista

(Ana. Matilde. S)

BEE TIMOR-LESTE, EMPRESA PÚBLICA (BTL E.P.)
 Demonstração dos resultados por naturezas e de rendimento integral
 Para o exercício findo em 31 de Dezembro

	Notas	Exercício 31/12/2022	Exercício 31/12/2021
Operações em continuidade			
Receitas	16	\$ 748,689.24	\$ 451,805.12
Subsídios do Governo	11	\$ 5,400,453.91	\$ -
Custos com pessoal	17	\$ -3,303,300.83	\$ -1,199,763.99
Fornecimentos e serviços externos	19	\$ -2,791,103.68	\$ -969,347.82
Resultados antes de Juros, impostos e depreciações		\$ 54,738.64	\$ -1,717,306.69
Gastos / reversões de depreciações e amortizações	5	\$ -99,157.14	\$ -16,333.33
Resultado operacional		\$ -44,418.50	\$ -1,733,640.02
Juros e rendimentos similares	20	\$ 172,148.74	\$ 78,305.95
Juros e gastos similares		\$ -	\$ -
Custos de financiamento líquidos		\$ 172,148.74	\$ 78,305.95
Ganhos obtidos em associadas, líquido de imposto		\$ -	\$ -
Resultado antes de imposto		\$ 127,730.24	\$ -1,655,334.07
Imposto sobre o rendimento		\$ -	\$ -
Resultado do ano de operações em continuidade		\$ 127,730.24	\$ -1,655,334.07
Resultado do ano de operações descontinuadas		\$ -	\$ -
Resultado líquido do período		\$ 127,730.24	\$ -1,655,334.07
Outro rendimento integral		\$ -	\$ -
Rendimento Integral total, líquido de imposto		\$ 127,730.24	\$ -1,655,334.07
Resultado por ação das operações em continuidade		\$ -	\$ -

Comissão Executiva
 (Carlos Peló dos Reis) (Gustavo da Cruz) (Elizabeth Amaral) (Ana - Matilde)
 BTL, E.P.

BEE TIMOR-LESTE, EMPRESA PÚBLICA (BTL E.P.)
 Demonstração das alterações no capital Próprio
 Para o exercício findo em 31 de Dezembro

	Notas	Capital social	Outros instrumentos de capital	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Capital próprio a Março 2021		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Resultado líquido do período		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -1,655,334.07	\$ -1,655,334.07
Outro rendimento integral		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Rendimento integral total		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -1,655,334.07	\$ -1,655,334.07
Capital social realizado	12	\$ 12,880,000.00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 12,880,000.00
Prestações suplementares	13	\$ -	\$ 36,005,780.62	\$ -	\$ -	\$ 36,005,780.62
		\$ 12,880,000.00	\$ 36,005,780.62	\$ -	\$ -	\$ 48,885,780.62
Capital próprio a 31 de dezembro de 2021		\$ 12,880,000.00	\$ 36,005,780.62	\$ -	\$ -1,655,334.07	\$ 47,230,446.55
Capital próprio a Janeiro 2022		\$ 12,880,000.00	\$ 36,005,780.62	\$ -1,655,334.07	\$ -	\$ 47,230,446.55
Resultado líquido do período		\$ -	\$ -	\$ -	\$ 127,730.24	\$ 127,730.24
Outro rendimento integral		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Rendimento integral total		\$ -	\$ -	\$ -	\$ 127,730.24	\$ 127,730.24
Capital social realizado		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Prestações suplementares		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Capital próprio a 31 de dezembro de 2022		\$ 12,880,000.00	\$ 36,005,780.62	\$ -1,655,334.07	\$ 127,730.24	\$ 47,358,176.79



Comissão Executiva

(Carlos Pejo dos Reis)

(Gustavo da Cruz)


(Elizabeth Amaral)

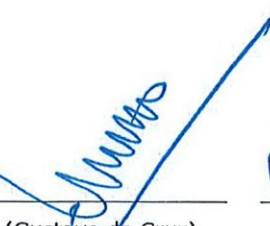
Contabilista


(Ana Mayide)


BEE TIMOR-LESTE, EMPRESA PÚBLICA (BTL E.P.)
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Para o exercício findo em 31 de Dezembro

	Notas	Exercício 12/31/2022	Exercício 12/31/2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes	\$	446,119.19	\$ 185,282.56
Pagamentos a Fornecedores	\$	-2,248,731.93	\$ -593,602.23
Pagamentos ao Pessoal	\$	-3,303,300.83	\$ -1,079,321.41
Calxa geradas pelas operações	\$	-5,105,913.57	\$ -1,487,641.08
Pagamento do Imposto sobre o rendimento	\$	-	\$ -
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	\$	-	\$ -
Fluxos das atividades operacionais (1)	\$	-5,105,913.57	\$ -1,487,641.08
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros	\$	-4,685,318.95	\$ -3,395,934.83
Outros Activos	\$	-654,754.20	\$ -104,243.60
	\$	-5,340,073.15	\$ -3,500,178.43
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares, líquidos de retenção na fonte	\$	172,148.74	\$ 78,305.41
	\$	172,148.74	\$ 78,305.41
Fluxos de atividades de investimento (2)	\$	-5,167,924.41	\$ -3,421,873.02
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Emissão de capital social	7.2 \$	-	\$ -
subsídio do governo	11 \$	17,000,000.00	\$ -
Outros Instrumentos de capital próprio	7.2 \$	-	\$ 36,005,780.62
	\$	17,000,000.00	\$ 36,005,780.62
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	7.2 \$	-	\$ -
	\$	-	\$ -
Fluxos de atividades de financiamento (3)	\$	17,000,000.00	\$ 36,005,780.62
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	\$	6,726,162.02	\$ 31,096,266.52
Caixa e seus equivalentes no início do período	\$	31,096,266.52	\$ -
Caixa e seus equivalentes no final do período	\$	37,822,428.54	\$ 31,096,266.52


 Comissão Executiva
 (Carlos Pélai dos Reis)


 (Gustavo da Cruz)


 (Elizabeth Amaral)

Contabilista

 (Ana Mafalda S.)

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras

Índice

1.	Informação corporativa.....	7
2.	Bases de preparação	7
2.1	Princípios contabilísticos	7
2.2	Sumário das políticas contabilísticas significativas.....	7
2.3	Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações.....	13
3.	Principais julgamentos, estimativas e pressupostos	13
4.	Gestão de capital	13
5.	Ativos fixos tangíveis e intangíveis	14
6.	Inventários	15
7.	Ativos e passivos financeiros	15
7.1	Classificação e justos valores	15
7.2	Alterações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento.....	15
7.3	Objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros.....	16
8.	Outras contas a receber	16
9.	Estado e outras entidades públicas.....	17
10.	Caixa e equivalentes de caixa	17
11.	Outros Rendimentos.....	17
12.	Capital social.....	18
13.	Outros Instrumentos de capital	18
14.	Fornecedores.....	19
15.	Outras contas a pagar	19
16.	Rédito	19
17.	Custos com pessoal.....	20
18.	Subsídio diferidos.....	20
19.	Fornecimentos e serviços externos.....	21
20.	Juros e despesas similares	21
21.	Eventos subsequentes	22

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Informação corporativa

Estas são as demonstrações financeiras da BEE Timor-Leste, Empresa Pública ("Empresa" ou "BTL, E.P.") para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022, uma pessoa coletiva de direito público integrada na administração indireta do Estado, sob a forma de empresa pública, e dotada de personalidade jurídica, capacidade judiciária, autonomia administrativa, autonomia financeira e património próprio, criada pelo Decreto-Lei 41/2020, de 25 de setembro. A Empresa tem a sua sede social na Avenida 20 de Maio Caicoli, Dili, Timor-Leste

A Empresa é totalmente detida pelo Estado de Timor Leste sob a supervisão do Ministério das Obras Públicas de Timor Leste.

A Companhia contava com aproximadamente 338 funcionários em 31 de dezembro de 2022

Aprovação e Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas pela administração e foram aprovadas e autorizadas para emissão em 1 de março de 2023.

2. Bases de preparação

2.1 Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras expeto fluxo de Caixa foram preparadas com regime de caixa. A base de mensuração utilizada é custo histórico.

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método direto e apresentam os recebimentos e desembolsos de caixa e em banco classificados em operacionais, de investimento e de financiamento Atividades.

As demonstrações financeiras são apresentadas em dólares, que é a moeda funcional da Empresa, exceto quando de outra forma indicado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base da continuidade das operações.

2.2 Sumário das políticas contabilísticas significativas

Apresentam-se de seguida as políticas contabilísticas mais significativas aplicadas pela Empresa na preparação das suas demonstrações financeiras.

a) Classificação corrente versus não corrente

A Empresa apresenta os ativos e passivos na demonstração da posição financeira com base na classificação corrente ou não corrente. Um ativo é classificado como corrente quando:

- Se espera que seja realizado ou que se destine a ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal;
- Seja detido para negociação;
- Se espera que seja realizado no prazo de doze meses após o período de reporte; ou



- É caixa ou equivalentes de caixa, a menos que tenha restrições em relação à sua troca ou utilização para liquidar uma responsabilidade durante pelo menos doze meses após o período de reporte.

Todos os outros ativos são classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como corrente quando:

- Se espera que seja liquidado no ciclo operacional normal;
- Seja devido para negociação;
- Se espera que seja liquidado no prazo de doze meses após o período de reporte; ou
- Não existe nenhum direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após o período de relato.

As condições do passivo que poderiam, por opção da contraparte, resultar na sua liquidação através da emissão de Instrumentos de capital, não afetam a sua classificação.

A Empresa classifica todos os outros passivos como não correntes.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos em construção estão mensurados ao custo, líquidos das perdas por imparidade acumuladas, se existirem.

Os ativos fixos tangíveis estão mensurados ao custo, líquidos de depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas, se existirem.

O custo de um ativo inclui o custo de peças de substituição e os custos de financiamento, caso existam e se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. Quando é necessário substituir peças significativas em intervalos regulares, a Empresa deprecia essas peças separadamente com base nas suas vidas úteis específicas.

Igualmente, quando são efetuadas grandes manutenções, o seu custo é reconhecido no valor contabilístico do equipamento como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os outros custos de reparação e manutenção são reconhecidos nos resultados do período quando incorridos.

O valor presente do custo esperado para eventuais obrigações de desmantelamento de um ativo após a sua utilização é incluído no custo do respetivo ativo se os critérios de reconhecimento de uma provisão forem cumpridos.

Os ativos fixos tangíveis transferidos do acionista são inicialmente mensurados pelo valor justo na data em que o controlo é obtido.

A depreciação é calculada numa base linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como se segue:

- Outros equipamentos - 3 anos.
- Veículo - 5 anos
- Equipamento de água - 5 anos

A Empresa revê os valores residuais estimados e as vidas úteis esperadas dos ativos pelo menos ao final do ano financeiro, e ajustado se apropriado.

Um item do ativo imobilizado e qualquer parte significativa inicialmente reconhecida é desreconhecida aquando da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contabilístico do ativo) é incluído na demonstração de resultados quando o ativo é desreconhecido.

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação de ativos fixos tangíveis são revistos no final de cada exercício financeiro e ajustados prospectivamente, se apropriado.

c) Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis consistem em licença e software de computador. Os ativos intangíveis são reconhecidos é altamente provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis a cada ativo fluirá para a Companhia e o custo do ativo puder ser mensurado com segurança. Os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade, caso existam. Os ativos intangíveis são amortizados durante sua vida útil estimada. A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos intangíveis. Quando o valor contábil de um ativo intangível exceder seu valor recuperável estimado, o ativo é baixado para seu valor recuperável estimado quantia.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens da seguinte forma:

- Licença – 1 anos
- Software – 3 anos

d) Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou a um instrumento de capital próprio em outra entidade.

l) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos financeiros da Empresa são classificados, no reconhecimento inicial, como sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Esta classificação no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócio da Empresa para a sua gestão.

Estes ativos financeiros são inicialmente medidos pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação.

Um ativo financeiro é classificado para ser mensurado ao custo amortizado quando dá origem a fluxos de caixa que são unicamente pagamentos de capital e juros ("SPPI") sobre o montante do capital em dívida. Esta avaliação é referida como o teste SPPI e é realizada ao nível de instrumento.

Mensuração subsequente

Para efeitos de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Empresa, que são instrumentos de dívida, são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado. Estes ativos são subsequentemente mensurados utilizando o método do juro efetivo ("EIR") e estão sujeitos a testes imparidade. Os ganhos e as perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou é reconhecida imparidade.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem outras contas a receber apresentados na rubrica "Outras contas a receber".

Desreconhecimento

Um ativo financeiro é desreconhecido quando:

- O direito a receber os fluxos de caixa do ativo tiver expirado; ou
- A Empresa transferiu o seu direito a receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu a obrigação de pagar a totalidade dos fluxos de caixa recebidos sem atrasos significativos a terceiros, ao abrigo de um acordo de transmissão; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e

benefícios do ativo, ou (b) a Empresa não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Empresa transfere o seu direito de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebrou um acordo de transmissão, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade do ativo.

Quando não tiver transferido nem retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem tiver transferido o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflita os direitos e obrigações que a Empresa reteve.

O envolvimento contínuo que assume a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é medido pelo valor mais baixo entre o valor original do ativo e o valor máximo de retribuição que a Empresa poderia ser obrigada a reembolsar.

Imparidade

Outras divulgações relativas à Imparidade de ativos financeiros são também fornecidas na Nota 3 "Principais julgamentos, estimativas e pressupostos".

A Empresa reconhece um ajustamento para as perdas de crédito esperadas ("ECL") para todos os instrumentos de dívida não reconhecidos ao justo valor através de resultados. As ECL baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juro efetiva próxima do original.

As ECL são reconhecidas em duas fases:

- Para exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são reconhecidas ECL para perdas de crédito que resultam de eventos de incumprimento que sejam possíveis nos próximos 12 meses (ECL de 12 meses);
- Para as exposições de crédito em relação às quais houve um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma imparidade para perdas de crédito previstas durante a vida restante do ativo, independentemente do momento do incumprimento (ECL para a vida útil do ativo).

Em certos casos a Empresa pode considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando a informação interna ou externa indica que é pouco provável que a Empresa receba a totalidade dos montantes contratuais em dívida. Um valor de um ativo financeiro é reduzido a zero quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

II) Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros da Empresa são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros e empréstimos. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Empresa incluem outras contas a pagar.

Mensuração subsequente

Para efeitos de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Empresa são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo ("EIR"). Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos, assim como os efeitos da aplicação do custo amortizado.

O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e as comissões ou outros custos que são parte integrante do EIR. O juro pelo EIR é incluído como custo financeiro na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação a ele associada é liquidada ou é cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante, mas em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

A diferença entre os respetivos valores contabilísticos é reconhecida na demonstração dos resultados.

III) Compensação de Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido é reconhecido na demonstração da posição financeira, quando a Empresa tem o direito legal de compensar os valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar esses valores numa base líquida, para realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

e) Imposto sobre o rendimento

I. Imposto corrente

Os ativos e passivos relativos a Imposto sobre o rendimento corrente são mensurados pelo montante que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas de imposto e as leis fiscais utilizadas para calcular o imposto são as que estão promulgadas ou substantivamente aprovadas à data de reporte.

O imposto corrente relacionado com itens reconhecidos diretamente no capital próprio é reconhecido no capital próprio e não na demonstração dos resultados. A Administração avalia periodicamente as posições tomadas nas declarações fiscais relativas a situações em que os requisitos fiscais aplicáveis são sujeitos a interpretação e reconhece provisões quando apropriado.

II. Imposto diferido

O imposto diferido é calculado, pelo método do passivo, sobre diferenças temporárias entre as bases contabilísticas e fiscais dos ativos e passivos, para efeitos de reporte financeiro na data de reporte.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- Quando o passivo por impostos diferidos resultar do reconhecimento inicial do *goodwill* ou de um ativo ou passivo numa transação que não é uma combinação de negócios e em que, no momento da transação, não afeta nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável ou a perda fiscal;
- Em relação às diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, associadas e interesses em acordos conjuntos, quando o momento da reversão das diferenças temporárias puder ser controlado e for provável que as diferenças temporárias não se revertam num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, para os créditos fiscais não utilizados e para os prejuízos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que haja lucro tributável contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis, os créditos fiscais não utilizados e os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo por impostos diferidos relacionado com a diferença temporária dedutível resulta do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não é uma combinação de negócios e, no momento da transação, não afeta nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável ou a perda fiscal;
- Em relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias, associadas e interesses em acordos conjuntos, os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se revertam num futuro previsível e que haja lucro tributável contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contabilístico dos ativos por impostos diferidos é revisto em cada data de relato e reduzido na medida em que já não seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para permitir a utilização total ou parcial do ativo por impostos diferidos. Os ativos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de reporte e são reconhecidos na medida em que se tenha tornado provável que lucros tributáveis futuros permitam a recuperação do ativo por impostos diferidos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às taxas de imposto que se espera que sejam aplicadas no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas taxas de imposto (e leis fiscais) que tenham sido promulgadas ou substancialmente aprovadas na data de reporte.

A Empresa compensa ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos se e apenas se tiver o direito legal de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes e os ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos estiverem relacionados com impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade tributária sobre o mesmo sujeito passivo ou sobre sujeitos passivos diferentes que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou que pretendam realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que se espera que sejam liquidados ou recuperados montantes significativos de passivos ou ativos por impostos diferidos.

f) Caixa e depósitos bancários

A rúbrica de Caixa e depósitos bancários da demonstração da posição financeira inclui o numerário em caixa e os valores depositados em bancos. Para efeitos da Demonstração dos fluxos de caixa, a rúbrica de Caixa e seus equivalentes tem a mesma constituição.

g) Rendimentos e gastos financeiros

Os rendimentos e gastos financeiros da Empresa incluem:

- Juros e rendimentos similares;
- Juros e gastos similares; e
- O ganho ou perda líquida relativo a ativos e a passivos financeiros ao justo valor através resultados (FVTPL).

Os rendimentos e gastos de juros são reconhecidos de acordo com o método do juro efetivo.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em dinheiro futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro para:

- O valor bruto contabilístico do ativo financeiro; ou
- O custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo dos rendimentos e gastos de juros, a taxa de juro efetiva é aplicada ao montante bruto escriturado do ativo (quando o ativo não está em imparidade) ou ao custo amortizado do passivo. Contudo, para os ativos financeiros que ficaram em imparidade após o reconhecimento inicial, o rendimento de juros é calculado aplicando a taxa de juro efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se o ativo deixar de estar em imparidade, o cálculo dos rendimentos de juros reverte para a base bruta.

2.3 Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações

A empresa adotou todas as novas normas e interpretações e as normas e interpretações alteradas que se tornaram efetivas para os exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam os montantes reportados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as notas anexas, e a divulgação de passivos contingentes. A incerteza acerca destes pressupostos e estimativas poderá resultar em ajustamentos materiais ao valor contabilístico dos ativos ou passivos afetados em períodos futuros.

Outras divulgações relacionadas com a exposição da Empresa a riscos e Incertezas incluem:

- Gestão de capital - Nota 4;
- Objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros - Nota 6.7.

Os pressupostos fundamentais relativos ao futuro e outras fontes fundamentais de incerteza das estimativas na data de reporte, que têm um risco significativo de causar um ajustamento material ao valor contabilístico dos ativos e passivos em exercícios futuros, são descritos abaixo.

A Empresa baseou os seus pressupostos e estimativas nas informações disponíveis aquando da preparação das demonstrações financeiras. As circunstâncias e pressupostos existentes sobre desenvolvimentos futuros podem, no entanto, mudar devido a alterações do mercado ou a circunstâncias que estejam fora do controlo da Empresa. Tais alterações refletem-se nos pressupostos quando estes ocorrem.

4. Gestão de capital

Para efeitos de gestão do capital da Empresa, o capital inclui o capital emitido e todas os outros instrumentos de capital atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe, quando aplicável.

O objetivo principal da gestão de capital da Empresa é a prestação do serviço público. Assim, a Empresa gere o seu capital e efetua os ajustamentos necessários tendo em conta as alterações nas condições económicas.

Para atingir este objetivo global, a gestão de capital da Empresa, entre outras coisas, procura garantir o cumprimento das necessidades de investimento para prestar o serviço de fornecimento de água. Assim, a estrutura de capital é ajustada conforme apropriado.

5. Ativos fixos tangíveis

- Ativos fixos tangíveis

A 31 de Dezembro de 2022, os ativos fixos tangíveis detalham-se como se segue:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	veículo	Outros equipamentos	Ativos em curso	Total
Ativos fixos tangíveis						
Valor bruto						
Saldo Inicial Janeiro 2021	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Transferências do acionista	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Aquisições	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 98,178.00	\$ 3,509,502.70	\$ 3,607,680.70
Vendas / abates	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Saldo final	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 98,178.00	\$ 3,509,502.70	\$ 3,607,680.70
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Depreciações do ano	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 16,333.33	\$ -	\$ 16,333.33
Regularizações	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Vendas / abates	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Saldo final	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 16,333.33	\$ -	\$ 16,333.33
Valor líquido Dezembro 2021	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 81,844.67	\$ 3,509,502.70	\$ 3,591,347.37

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	veículo	Outros equipamentos	Ativos em curso	Total
Ativos fixos tangíveis						
Valor bruto						
Saldo Inicial Janeiro 2022	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 98,178.00	\$ 3,509,502.70	\$ 3,607,680.70
Transferências do acionista	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Aquisições	\$ -	\$ 171,327.00	\$ 259,470.00	\$ 193,527.01	\$ 5,904,913.95	\$ 6,529,237.96
Vendas / abates	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Saldo final	\$ -	\$ 171,327.00	\$ 259,470.00	\$ 291,705.01	\$ 9,414,416.65	\$ 10,136,918.66
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 16,333.33	\$ -	\$ 16,333.33
Depreciações do ano	\$ -	\$ 17,132.70	\$ 20,115.67	\$ 61,908.78	\$ -	\$ 99,157.14
Regularizações	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Vendas / abates	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Saldo final	\$ -	\$ 17,132.70	\$ 20,115.67	\$ 78,242.11	\$ -	\$ 115,490.47
Valor líquido Dezembro 2022	\$ -	\$ 154,194.30	\$ 239,354.33	\$ 213,462.90	\$ 9,414,416.65	\$ 10,021,428.19

Depreciação do ativo imobilizado lançada na demonstração do resultado e outros resultados abrangente um total de \$115,490.47 (cento e quinze mil, quatrocentos e noventa dólares americanos e quarenta e sete centavos) sendo 99,157.14 (noventa e nove mil, cento e cinquenta e sete dólares americanos e catorze centavos) do exercício de 2022, mais US\$ 16,333.33 (dezassess mil, trezentos e trinta e três dólares americanos e trinta e três centavos) do exercício de 2021, respetivamente.

Nos termos do artigo 9.º ("Transmissão de direitos e obrigações") do Decreto-Lei n.º 41/2020, de 25 de setembro, a Bee Timor-Leste Empresa Publica BTL E.P. sucede em todos os direitos e obrigações à Direção Geral de Águas e Saneamento do Ministério das Obras Públicas, que é considerada extinta na data de nomeação dos membros do Conselho de Administração da BTL, E.P. Empresa, que ocorreu em abril de 2021. Todos os bens tangíveis anteriormente afetos à Direção Geral de Águas e Saneamento, agora extinta, e todos os bens exclusivamente afetos ao abastecimento de água e saneamento que tenham sido transferidos para as autoridades municipais e administrações municipais através do contrato interorgânico, celebrado entre o Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Administração Estatal datado de 1 de março de 2016, devem ser considerados propriedade da Empresa. A partir de 31 de dezembro de 2021.

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	veículo	Outros equipamentos	Ativos em curso	Total
Ativos fixos tangíveis						
Valor bruto						
Saldo Inicial Janeiro 2021	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Transferências do acionista	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Aquisições	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 98,178.00	\$ 3,509,502.70	\$ 3,607,680.70
Vendas / abates	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Saldo final	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 98,178.00	\$ 3,509,502.70	\$ 3,607,680.70
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Depreciações do ano	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 16,333.33	\$ -	\$ 16,333.33
Regularizações	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Vendas / abates	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Saldo final	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 16,333.33	\$ -	\$ 16,333.33
Valor líquido Dezembro 2021	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 81,844.67	\$ 3,509,502.70	\$ 3,591,347.37

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	veículo	Outros equipamentos	Ativos em curso	Total
Ativos fixos tangíveis						
Valor bruto						
Saldo Inicial Janeiro 2022	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 98,178.00	\$ 3,509,502.70	\$ 3,607,680.70
Transferências do acionista	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Aquisições	\$ -	\$ 171,327.00	\$ 259,470.00	\$ 193,527.01	\$ 5,904,913.95	\$ 6,529,237.96
Vendas / abates	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Saldo final	\$ -	\$ 171,327.00	\$ 259,470.00	\$ 291,705.01	\$ 9,414,416.65	\$ 10,136,918.66
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 16,333.33	\$ -	\$ 16,333.33
Depreciações do ano	\$ -	\$ 17,132.70	\$ 20,115.67	\$ 61,908.78	\$ -	\$ 99,157.14
Regularizações	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Vendas / abates	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Saldo final	\$ -	\$ 17,132.70	\$ 20,115.67	\$ 78,242.11	\$ -	\$ 115,490.47
Valor líquido Dezembro 2022	\$ -	\$ 154,194.30	\$ 239,354.33	\$ 213,462.90	\$ 9,414,416.65	\$ 10,021,428.19

Depreciação do ativo imobilizado lançada na demonstração do resultado e outros resultados abrangente um total de \$115,490.47 (cento e quinze mil, quatrocentos e noventa dólares americanos e quarenta e sete centavos) sendo 99,157.14 (noventa e nove mil, cento e cinquenta e sete dólares americanos e catorze centavos) do exercício de 2022, mais US\$ 16,333.33 (dezasseis mil, trezentos e trinta e três dólares americanos e trinta e três centavos) do exercício de 2021, respetivamente.

Nos termos do artigo 9.º ("Transmissão de direitos e obrigações") do Decreto-Lei n.º 41/2020, de 25 de setembro, a Bee Timor-Leste Empresa Publica BTL E.P. sucede em todos os direitos e obrigações à Direção Geral de Águas e Saneamento do Ministério das Obras Públicas, que é considerada extinta na data de nomeação dos membros do Conselho de Administração da BTL, E.P. Empresa, que ocorreu em abril de 2021. Todos os bens tangíveis anteriormente afetos à Direção Geral de Águas e Saneamento, agora extinta, e todos os bens exclusivamente afetos ao abastecimento de água e saneamento que tenham sido transferidos para as autoridades municipais e administrações municipais através do contrato Interorgânico, celebrado entre o Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Administração Estatal datado de 1 de março de 2016, devem ser considerados propriedade da Empresa. A partir de 31 de dezembro de 2021.

O inventário físico destes bens e a sua mensuração ainda está em curso (não foi ainda concluído a esta data), pelo que os ativos relacionados ainda não se encontram reconhecidos nos ativos da Empresa desde 2021. Esperamos concluir este processo durante o ano 2023.

6. Inventários

A 31 de Dezembro de 2022, os inventários detalham-se como se segue:

	Exercício		Exercício	
	31/12/2022		31/12/2021	
Inventários				
Mercadorias	\$	6,590.00	\$	3,480.00
	\$	-	\$	-
	\$	6,590.00	\$	3,480.00

7. Ativos e passivos financeiros

7.1 Classificação e justos valores

A 31 de Dezembro de 2022, a classificação e os respetivos justos valores dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Exercício		Exercício	
	12/31/2022		12/31/2021	
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor				
Outras contas a receber	\$	569,090.16	\$	266,523.05
Caixa e depósitos bancários	\$	37,822,428.54	\$	31,096,266.52
	\$	37,822,428.54	\$	31,096,266.52
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor				
Fornecedores			\$	382,786.10
Outras contas a pagar	\$	1,245,547.09	\$	-
	\$	1,245,547.09	\$	382,786.10

7.2 Alterações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento

	Transações de capital		Passivos
	Capital social	Outros Instrumentos de capital	Juros e custos similares
Balanco em Março de 2021	\$ -	\$ -	\$ -
Recebimento do capital social	\$ -	\$ -	\$ -
Recebimentos de outros instrumentos de capital (Not	\$ -	\$ 36,005,780.62	\$ -
Juros e custos similares pagos	\$ -	\$ -	\$ -
Varição total dos fluxos de financiamento	\$ -	\$ 36,005,780.62	\$ -
Balanco a 31 de dezembro de 2021	\$ -	\$ 36,005,780.62	\$ -

	Transações de capital		Passivos
	Capital social	Outros instrumentos de capital	Juros e custos similares
Balanco em Janeiro de 2022	\$ -	\$ 36,005,780.62	\$ -
Recebimento do capital social	\$ -	\$ -	\$ -
Recebimentos de outros instrumentos de capital (Not	\$ -	\$ -	\$ -
Juros e custos similares pagos	\$ -	\$ -	\$ -
Variacao total dos fluxos de financiamento	\$ -	\$ -	\$ -
Balanco a 31 de dezembro de 2022	\$ -	\$ 36,005,780.62	\$ -

7.3 Objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros

A Empresa não tem ativos e passivos financeiros significativos. A atividade da Empresa é essencialmente financiada por um subsídio não reembolsável recebido do Estado. Assim, não se encontram presentes riscos significativos.

Risco de taxa de juro

A Empresa não tem financiamentos que vençam juros.

Risco de crédito

A Empresa não está exposta a risco de crédito.

Risco de liquidez

A atividade da Empresa é financiada pelo Estado, pelo que não está exposta a risco de liquidez.

8. Outras contas a receber

A 31 de dezembro de 2022, as outras contas a pagar discriminam-se como segue:

	Exercício 12/31/2022	Exercício 12/31/2021
Outras contas a receber		
Outras contas a receber	\$ 569,090.16	\$ 266,523.05
(...)	\$ -	\$ -
(...)	\$ -	\$ -
	<u>\$ 569,090.16</u>	<u>\$ 266,523.05</u>

9. Estado e outras entidades públicas

A 31 de dezembro de 2022, o saldo com o Estado e outras entidades públicas é detalhado como se segue:

	Exercício 12/31/2022	Exercício 12/31/2021
Estado e outras entidades públicas		
Imposto sobre rendimento de pessoas singulares	\$ 18,519.89	\$ 10,805.51
Retenções na Fonte	\$ 12,918.05	\$ 12,169.72
Segurança Social	\$ 119,096.56	\$ 99,095.92
Imposto sobre o rendimento	\$ -	\$ -
	<u>\$ 150,534.50</u>	<u>\$ 122,071.15</u>

10. Caixa e equivalentes de caixa

A 31 de Dezembro de 2022, o saldo de Caixa e equivalentes de caixa é detalhado como se segue:

	Exercício 12/31/2022	Exercício 12/31/2021
Caixa e depósitos bancários		
Bancos		
Caixa	\$ 10,811.43	\$ 2,387.02
BNCTL - corrente	\$ 37,811,617.11	\$ 31,093,879.50
BNCTL - não corrente	\$ -	\$ -
	<u>\$ 37,822,428.54</u>	<u>\$ 31,096,266.52</u>

O valor de Caixa e equivalentes de caixa, para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, é o mesmo que o valor de caixa e depósitos bancários apresentado na demonstração da posição financeira.

11. Outros Rendimentos

Os subsídios recebidos do Governo são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que o subsídio será recebido e que todas as condições conexas serão cumpridas. Quando o subsídio se refere a um item de despesa, é reconhecido como rendimento numa base sistemática durante os períodos em que os custos relacionados, pelos quais se pretende compensar, são lançados. Quando o subsídio se refere a um ativo, é reconhecido como receita em montantes iguais ao longo da vida útil esperada do respetivo ativo.

O total do rendimento da companhia é diminuído em \$11,599,546.09 (onze milhões quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e quarenta e seis dólares americanos e nove centavos), isso derivado do orçamento de projetos de investimentos que não foram ainda reconhecidos em 2022. O montante deduzido do rendimento de \$11,599,546.09 (onze milhões quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e quarenta e seis dólares americanos e nove centavos), está a ser tratado como proveito diferido¹ (subvenção), o qual é conciliado na secção dos passivos no balanço para o exercício de 2022.

¹ Ver a nota nº 18



Itens	Orçamento	Despesas	Montante Reconhecido	Proveltos Diferidos
Salários e Vencimentos	\$ 2,611,876.17	\$ 3,303,300.83	\$ 2,611,876.17	\$ -
Bens e Serviços	\$ 2,689,420.60	\$ 2,791,103.68	\$ 2,689,420.60	\$ -
Capital Menor	\$ 600,437.10	\$ 99,157.14	\$ 99,157.14	\$ 501,279.96
Capital de Desenvolvimento	\$ 11,098,266.13	\$ -	\$ -	\$ 11,098,266.13
Total	\$ 17,000,000.00	\$ 6,193,561.65	\$ 5,400,453.91	\$ 11,599,546.09

12. Capital social

A 31 de Dezembro de 2022, o capital social tem o seguinte detalhe:

O capital social subscrito de \$12,880,000.00 (doze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil dólares americanos) ainda não foi efetivamente realizado, devido ao atraso na avaliação dos bens corpóreos e incorpóreos que fazem parte do capital da BTL, E.P.

	Exercício 12/31/2022	Exercício 12/31/2021
Capital social		
Capital emitido e subscrito		
Em Janeiro de 2022	\$ 12,880,000.00	\$ 12,880,000.00
	<u>\$ 12,880,000.00</u>	<u>\$ 12,880,000.00</u>
Capital subscrito e não realizado		
Governo	\$ 12,880,000.00	\$ 12,880,000.00
	<u>\$ 12,880,000.00</u>	<u>\$ 12,880,000.00</u>

13. Outros instrumentos de capital

A 31 de dezembro de 2022, os outros instrumentos de capital referem-se a transferências do Ministério das Obras Públicas que serão consideradas e registadas na SERVE como aumento de capital social em 2022, Com base no artigo 30.º, n.º 14 do Decreto do Governo n.º 13/2022, de 18 de Janeiro (relativo à Execução do Orçamento Geral do Estado para 2022), e do artigo 13.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 17 de Maio (que define o regime jurídico do registo comercial), em função da transferência de verbas determinada pelo Orçamento de Estado, com a finalidade de capitalização da BTL, E.P. o Ministério das Obras Públicas instrui a Bee Timor, Empresa Pública, a dar início, junto do SERVE, I.P. ao procedimento de registo do aumento do capital social em resultado das citadas transferências, que decorrem do Subsídio do Orçamento Geral do Estado de 2022.

Desta forma, ao Capital Social estatutário atual, no valor de \$12,880,000.00 (doze milhões, oitocentos e oitenta mil dólares americanos), determinado pelo Decreto-Lei n.º 41 /2020, de 25 de setembro, acresce o subsídio relativo ao ano de 2021 atribuído à BTL, E.P, na cifra de \$ 36,005,780.62 (trinta e seis milhões, cinco mil, setecentos e oitenta dólares americanos, e sessenta e dois centavos).

Consequentemente, a nova cifra de Capital Social formalizada junto do SERVE IP, em resultado da transferência realizada é de \$ 48,885,780.62 (quarenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil dólares americanos, e sessenta e dois centavos).

14. Fornecedores

A 31 de dezembro de 2022, os saldos com fornecedores são detalhados como se segue:

	Exercício 31/12/2022	Exercício 31/12/2021
Fornecedores		
Fornecedores de bens de investimento	\$ 1,141,973.40	\$ 175,475.72
Fornecedores operacionais	\$ 103,573.69	\$ 207,310.38
Faturas em recepção e conferência	\$ -	\$ -
	<u>\$ 1,245,547.09</u>	<u>\$ 382,786.10</u>

15. Outras contas a pagar

A 31 de dezembro de 2022, as outras contas a pagar são detalhadas como se segue:

	Exercício 31/12/2022	Exercício 31/12/2021
Outras contas a pagar		
Outros credores		
Valores a pagar a trabalhadores	\$ -	\$ 10,541.10
(...)	\$ -	\$ -
Acréscimo de gastos		
Eletricidade	\$ 180,875.42	\$ 91,772.04
Fornecedor de investimento	\$ 764,857.00	\$ -
(...)	\$ -	\$ -
	<u>\$ 945,732.42</u>	<u>\$ 91,772.04</u>
	<u>\$ 945,732.42</u>	<u>\$ 102,313.14</u>

16. Rédito

A 31 de dezembro de 2022, o rédito inclui as seguintes rubricas:

	Exercício 12/31/2022	Exercício 12/31/2021
Rédito		
Receitas de fornecimento de água	\$ 552,082.85	\$ 439,742.62
Receitas de águas residuais	\$ 23,488.50	\$ 12,062.50
Outras receitas	\$ 173,117.89	\$ -
	<u>\$ 748,689.24</u>	<u>\$ 451,805.12</u>

17. Custos com pessoal

Durante 31 de dezembro de 2022, os custos com pessoal compreendem os seguintes itens:

	Exercício 12/31/2022	Exercício 12/31/2021
Custos com pessoal		
Salários	\$ 2,887,184.10	\$ 951,441.88
Bônus	\$ 176,202.02	\$ 70,405.17
Subsídio de férias	\$ 44,698.51	\$ 8,295.09
Horas extraordinárias	\$ 19,584.68	\$ 5,670.29
Subsídios para impostos	\$ -	\$ 57,573.09
Despesas Médicas	\$ 837.25	\$ -
Segurança social	\$ 174,794.27	\$ 106,378.47
	<u>\$ 3,303,300.83</u>	<u>\$ 1,199,763.99</u>

18. Subsídio diferidos

A BTL, E.P. recebeu em forma de subsídio do Governo da República Democrática de Timor-Leste durante o exercício de 2022 o montante de \$17,000,000.00 (dezassete milhões de dólares americanos) sendo que deste montante \$5,400,453.91 (cinco milhões, quatrocentos mil e Quatrocentos e Sinqüenta e Três Dolares Americanos, Noventa e Um centavos) foram reconhecidos como despesa, é reconhecido como rendimento numa base sistemática durante 2022. O restante no montante de \$11,599,546.09 (onze milhões quinhentos e Noventa e Nove mil, quinhentos e Quarenta e Seis dólares americanos e Nove centavos), foi deduzido do rendimento tratado como proveito diferido (subvenção), o qual é conciliado na secção dos passivos no balanço para o exercício de 2022, de acordo com o que estabelece as normas da International Accounting Standards (IAS), IAS 20.

- **Subsídio diferidos corrente**

	31/12/2022	31/12/2021
Proveitos diferidos corrente		
Provisão para o projeto	<u>\$ 8,000,000.00</u>	<u>\$ -</u>
	<u>\$ 8,000,000.00</u>	<u>\$ -</u>

- **Subsídio diferidos não corrente**

	12/31/2022	12/31/2021
Subsídio deferidos nao corrente		
Subsídio Diferido	<u>\$ 3,599,546.09</u>	<u>\$ -</u>
	<u>\$ 3,599,546.09</u>	<u>\$ -</u>

19. Fornecimentos e serviços externos

Durante 31 de dezembro de 2022, os fornecimentos e serviços externos compreendem os seguintes:

	Period 31/12/2022	Period 31/12/2021
Third party suppliers and services		
Local Travel - CA / CE	\$ 1,895.00	\$ -
Local Travel - Director and Manager	\$ 1,555.00	\$ -
Local Travel - Officer	\$ 110,868.06	\$ 44,290.00
Overseas Travel - CA / CE	\$ 10,081.51	\$ -
Overseas Travel - Director and Manager	\$ 1,357.49	\$ -
Electricity	\$ 1,336,036.28	\$ 279,994.92
Telephone, Fax and Internet	\$ 6,351.20	\$ 8,378.52
Rent of Property	\$ 3,400.00	\$ 13,010.00
Fuel for Operational	\$ 96,174.00	\$ 26,520.00
Vehicle Maintenance	\$ 169,499.00	\$ 18,693.55
Office Stationary Supplies	\$ 63,797.03	\$ 43,488.30
Photocopy Service	\$ 76.25	\$ -
Chemical Material for Water	\$ -	\$ 94,025.00
Specific Equipment for Water and Sanitation	\$ 108,458.96	\$ -
Uniforms	\$ 24,447.75	\$ -
Other operational Supply/ material supplies	\$ 32,684.85	\$ 9,927.56
Fuel for Generator	\$ -	\$ 46.00
R&M - Office	\$ 20,854.63	\$ -
R&M - Electricity	\$ 2,112.50	\$ 39,482.82
R&M - Other Infrastructure Actives	\$ 134,430.13	\$ -
Official Reception	\$ 6,084.95	\$ 10,035.00
Bank Fee	\$ 741.00	\$ 734.66
Social contribution	\$ 1,370.25	\$ 600.00
Other Operational Expense	\$ 23,113.43	\$ 22,669.40
External Audit Service	\$ 23,500.00	\$ -
Security Service	\$ 360,916.00	\$ 150,428.00
Cleaning Service	\$ 166,529.24	\$ 119,577.11
Consultant Service	\$ 60,000.00	\$ 10,000.00
Translation Service	\$ 3,892.76	\$ 1,249.40
Advertising/Publication	\$ 19,950.00	\$ 2,120.00
Witholding tax expense	\$ 926.41	\$ 74,077.58
	<u>\$ 2,791,103.68</u>	<u>\$ 969,347.82</u>

20. Juros e despesas similares

Durante 31 de dezembro de 2022, os juros e despesas similares compreendem os seguintes itens:

	Exercício 12/31/2022	Exercício 12/31/2021
Juros e ganhos similares		
Juros	\$ 172,148.74	\$ 78,305.95
(...)	\$ -	\$ -
(...)	\$ -	\$ -
	<u>\$ 172,148.74</u>	<u>\$ 78,305.95</u>

21. Eventos subsequentes

Desde 31 de dezembro de 2022 e até à data em que estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, em 1 de março de 2023, não ocorreram acontecimentos subsequentes que necessitem de ser ajustados ou divulgados.

